

## FACTORES DE CONFIGURAÇÃO REGIONAL DA REDE URBANA DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO<sup>1</sup>.

Pollyany Pereira Martins<sup>2</sup>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este texto traz abordagens de análise metodológica para se compreender a configuração de sistemas urbanos na região Centro-Oeste do Brasil, com recorte para a mesorregião nordeste do estado de Mato Grosso. O objetivo é colocar em discussão dois fatores (Políticas Públicas territoriais e reorganização das atividades econômicas no espaço rural) quais elencamos como principais condicionantes de configuração da atual sub-rede urbana formada hierarquicamente por três centros de influência regional, sendo: Barra do Garças-MT, Água Boa-MT e Confresa/Vila Rica-MT, as duas últimas juntas compõe um centro imediato da sub-rede urbana. Está evidenciado que a cidade torna se um constructo social que estabelece articulação com o município e região. Sendo, portanto, um nódulo espacial que assegura a reprodução do capital, que sustenta seu ciclo de produção através da circulação mantida pelas redes urbanas. Para o alcance dos resultados o processo investigativo apoiou-se em revisão de literatura, dados secundários do (IBGE, 2017) referente ao censo agropecuário, dados sistematizados no site do INDEA-MT, utilizou-se de imagem de satélite disponíveis pelo Google Earth Pro, e do Software QGIS3.28 na elaboração dos mapas. Há, portanto, uma organização da estrutura dos objetos e tipos de atividades produtivas de modo que, as funções e os processos rurais-urbanos se realizem, construindo conteúdos socioespaciais que estão políticos e economicamente desiguais em âmbito regional.

**Palavras-chave:** Política Pública. Rede urbana. Reorganização econômica. Mato Grosso.

## FACTORES DE CONFIGURACIÓN REGIONAL DE LA RED URBANA DEL NORESTE DE LA MESORREGIÓN DE MATO GROSSO

**RESUMEN:** Este texto aporta enfoques de análisis metodológicos para comprender la configuración de sistemas urbanos en la región Centro Oeste de Brasil, centrándose en la mesorregión noroeste del estado de Mato Grosso. El objetivo es discutir dos factores (Políticas Públicas territoriales y reordenamiento de las actividades económicas en el medio rural) que enumeramos como principales condiciones para la configuración de la actual subred urbana formada jerárquicamente por tres centros de influencia regional, a saber: Barra do Garças-MT, Água Boa-MT y Confresa/Vila Rica-MT, los dos últimos juntos conforman un centro inmediato de la subred urbana, siendo evidente que la ciudad se convierte en una construcción social que establece articulación con el municipio y la región. Por tanto, es un nodo espacial que asegura la reproducción del capital, que sostiene su ciclo productivo a través de la circulación mantenida por las redes urbanas. Para lograr resultados, el proceso investigativo se apoyó en una revisión de la literatura, datos secundarios de (IBGE, 2017) referentes al censo agropecuario, datos sistematizados en el sitio web del INDEA-MT e imágenes satelitales disponibles a través de Google Earth Pro y QGIS3.28 Software en la elaboración de los mapas. Existe, por tanto, una organización de la estructura de objetos y tipos de actividades productivas para que se lleven a cabo

<sup>1</sup> Texto extraído da pesquisa de doutorado em andamento. O trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutoranda do programa de pós-graduação em Geografia (PPGEA-ICC) da universidade de Brasília-DF.

<sup>3</sup> Professor orientador da pesquisa de doutorado, doutor em Geografia pela universidade Federal de Uberlândia.

funções e processos rural-urbanos, construindo conteúdos socioespaciales que están política y económicamente desiguales en alcance regional.

**Palabras-clave:** Política Pública. Red urbana. Reorganización económica. Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

A rede urbana brasileira em seu processo de reestruturação apresenta especificidades diversas, principalmente, ao referir-se as sub-redes regionais. Tal situação está intimamente relacionada a questões de estrutura produtiva e pelas condições as quais se desencadeou o processo de urbanização no país. O modo como foi estabelecido a base econômica nos seus ciclos de atividades, e a composição natural geográfica de cada região são condições extremamente significativas para se iniciar as análises das transformações das cidades e suas dinâmicas no sistema urbano.

Nesse sentido, o texto traz resultados parciais referente a composição regional da rede de cidades mato-grossense cujo, núcleo urbano polarizador é representado pela cidade de Barra do Garças-MT e seu arranjo populacional<sup>4</sup> composto pelas cidades de Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO conforme representação (mapa 1). Faz se importante destacar que o critério metodológico de arranjos populacionais foi utilizado pela primeira vez pelo estudo REGIG (2018). Assim, teve-se como objetivo colocar em discussão dois fatores que elencamos como principais condicionantes de configuração da atual sub-rede urbana formada hierarquicamente por três centros de influência regional da mesorregião nordeste mato-grossense, sendo as cidades de: Barra do Garças (intermediário e imediato), Água Boa (imediato), Confresa e Vila Rica (as duas últimas formam um único centro imediato).

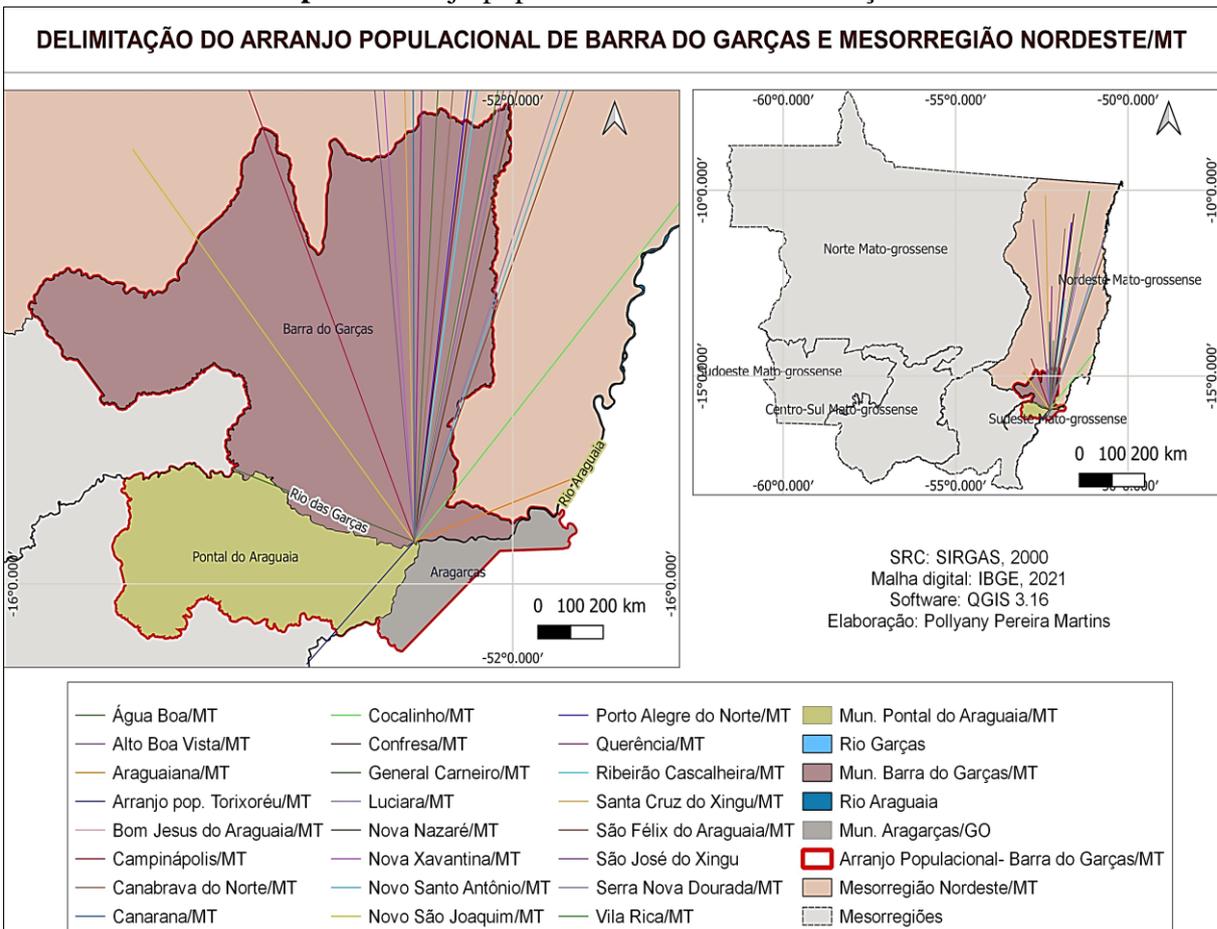
Ao estudarmos essa rede urbana, entendemos que existe quatro fatores, embora ocorridos espacial e temporalmente de modo desigual numa escala territorial de mesorregiões, que foram condutores da configuração do atual sistema urbano da região Centro-Oeste. O primeiro é estabelecido pelo Estado através das **políticas públicas territoriais**, seguido por uma **reorganização das atividades econômicas no espaço rural** com ações estatais e de capital privado; favorecendo o surgimento de novos centros urbanos na hierarquia da rede de cidades. São esses dois fatores em específico que abordaremos neste texto, os outros dois complementares não serão discutidos nesse espaço, sendo eles: **a urbanização e a expansão das agroindústrias.**

---

<sup>4</sup> Conforme o IBGE (2015 p. 22) “Um arranjo populacional é o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais”

O estudo crítico da rede urbana brasileira torna-se importante não somente para o desenvolvimento científico e acadêmico, mas, para haver produção de conhecimento significativo para a promoção de novas políticas públicas que atendam demandas sociais mais urgentes, relacionado principalmente a saúde, educação e empregos; que podem ser assegurados a partir de uma gestão do território conduzida pelas três esferas políticas (Federal, Estadual e Municipal).

**Mapa 1.** Arranjo populacional de Barra do Garças/MT



Fonte: IBGE, 2021 Organização/elaboração: Autora, 2023

Apesar da representação cartográfica não mostrar a localização dos sítios urbanos dessas sedes de municípios que juntos formam o arranjo populacional de Barra do Garças-MT, é possível identificar que o objeto de estudo mantém interações espaciais que se dissipam numa posição geográfica de divisa entre estados (Mato Grosso e Goiás). É importante explicitar que a gênese desses núcleos urbanos está intimamente ligada ao ciclo da mineração de diamantes, pecuária (de corte e plantéis de gado zebu), e posteriormente cultura de arroz de sequeiro a partir de meados da década de 1970 com o primeiro projeto de colonização.

Embora a urbanização não esteja elencada como ponto de discussão no texto, destacamos que o dinamismo regional e o processo de expansão urbana dessas cidades, com expressão maior para Barra do Garças-MT, tomam novas dimensões com os projetos de integração e desenvolvimento nacional, especificamente para a região Centro-Oeste e áreas de abrangência da Amazônia Legal.

Nesse processo de configuração da rede urbana que ocorre alicerçada por uma reestruturação produtiva regional, a cidade torna-se um constructo social que estabelece articulação com o município e região. Sendo, portanto, um nódulo espacial que assegura a reprodução do capital, que sustenta seu ciclo de produção através da circulação mantida pelas redes urbanas.

## **METODOLOGIA**

A base analítica da construção do texto e concepção de resultados sustentam-se por pesquisa qualitativa. No processo investigativo a revisão de literatura foi o principal suporte de identificação dos fatores que elencamos como sendo componentes de configuração regional. O material elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2002) intitulado: “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste”; foi fundamental para que tal compreensão fosse evidenciada. Outras fundamentações referentes as periodizações das políticas públicas foram extraídas em Abreu (2014); Costa e Théry (2016); Portugal e Silva (2020) estes últimos autores em uma recente publicação do IPEA.

Para identificar as reorganizações produtivas da mesorregião nordeste de Mato Grosso, foi utilizado dados secundários do (IBGE, 2017) num comparativo com anos anteriores sobre censo agropecuários disponíveis na biblioteca digital, acesso a dados sistematizados no site do INDEA-MT bem como, utilizou-se de imagem de satélite disponíveis pelo Google Earth Pró como recurso de averiguação de áreas preparadas para plantios ou pastagens, que numa projeção histórica ajuda a revelar o uso do território, a gestão regional e a expansão do sítio urbano das cidades que estão subordinados a Barra do Garças em seu respectivo arranjo populacional. E por fim, utilizou-se do Software QGIS3.28 para elaboração dos mapas de modo a especializar os territórios e a região de estudo.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Políticas públicas como condicionante do ordenamento territorial**

Mato Grosso teve várias atividades econômicas que foram compondo a formação do seu território, da cultura de seu povo, da criação de conflitos entre grupos sociais, e da formação dos seus núcleos urbanos. Muitas atividades se fizeram pelo poder privado de produção, o que não assegurou uma integração regional pela falta, principalmente, de infraestrutura de circulação. Com a crise econômica estabelecida em 1929, o governo brasileiro se viu pressionado por uma oligarquia da produção agrícola do café, assim, teve de criar planos estratégicos voltado para o desenvolvimento econômico para o país.

Todavia, a formação territorial de Mato Grosso esteve associada a uma estruturação produtiva fortemente projetada pelo Estado Nacional entre as décadas de 1960 e 1970, a fim de garantir articulações regionais que sustentasse uma “homogeneização da economia nacional” (Neto e Leite, 2009, p.4). Para os autores, a estruturação espacial do Mato Grosso e da região Centro-Oeste esteve assentada sobre duas condições de ocupação espacial e produção econômica, sendo: uma economia estruturada por iniciativa privada sem intervenção governamental, e uma economia estruturada por políticas governamentais.

Nosso ponto de partida histórico inicia-se com as políticas de integração do território, subsidiada por relevantes intervenções governamentais a partir do período de 1970. Haja vista que, até as primeiras décadas do século XX, ocorreu um processo próprio de estruturação territorial pautado por articulações privadas e com capital internacional. Importante ressaltar que foram os ciclos de atividades econômicas, componentes responsáveis pelo processo de povoamento de populações não indígenas, onde atualmente, estão localizados os centros urbanos do estado e suas divisões administrativas.

A integração do estado de Mato Grosso na econômica nacional ocorre por meio de criação de programas de desenvolvimento regional, os quais são detalhados de forma muito didática por Moreno e Higa (2005) em livro organizado intitulado: “Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente”. O fato de Mato Grosso fazer parte da Amazônia Legal garantiu-lhe beneficiar-se de programas a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo decreto-lei nº 1.106, de junho de 1970, qual tinha como meta principal o financiamento de obras de infraestruturas, com abertura de rodovias federais que possibilitou a ampliação da malha rodoviária não só no estado, mas em toda a área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Conforme Moreno (2005), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) financiou na região leste do estado projetos particulares de colonização. Os municípios de Água Boa, Nova Xavantina foram



concebidos com o projeto da colonizadora Conagro-SC Ltda; a cooperativa 31 de março (Coopercol) foi responsável pela implantação do atual município de Canarana. Já o município de Querência surge com o projeto da colonizadora (Coopercana), estas são as sedes municipais mais impactadas da rede de cidades da mesorregião nordeste de Mato Grosso

Durante o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND e II PND) ocorreram por parte dos programas regionais SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-oeste (SUDECO) a criação de programas integrados com o objetivo de fortalecer os projetos econômicos voltados para os grandes monopólios nacionais e internacionais, sendo: Programas de Polos agropecuários e Agrominerais (POLOAMAZÔNIA), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), e o Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), este último pouco influencia no ordenamento do território do recorte de estudo. 7

De acordo com Abreu (2014), no período abrangido pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), a SUDECO tinha o papel de realizar estudos e apresentar diagnósticos referente a potenciais produtivos de áreas para a implantação da agricultura moderna, e viabilizar por meio de repasses financeiros, implantação de infraestruturas dos quais eram disputadas pelas unidades federativas do Centro-Oeste. Já o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), tinha como meta expandir as fronteiras agrícolas do país, e para isto tinha a função de ampliar a rede rodoviária regional.

É importante destacar que além dos grandes programas regionais, estiveram vinculados a estes, os programas setoriais. Dentre os quais os Corredores de Exportação (Corexport) e Programa Nipo-brasileiro de Cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), este último “visando a produção de arroz, e particularmente de soja, voltado para exportação, principalmente para o Japão” (Oliveira, 1991, p. 94). Assim, evidencia-se que foram os de maior influência na configuração territorial e regional e da própria rede de cidades de Mato Grosso e do nosso recorte de estudo.

Sobretudo, essas políticas não foram concebidas sem um intermédio ou interesse de agentes na hierarquia social, o que resultou na integração dos territórios para a expansão produtiva do capital que se faz sob organização das atividades produtivas, e do acesso as matérias-primas. Conforme Oliveira (1991), é fundamental atentar-se para as contrapartidas dos grandes monopólios internacionais, uma vez que, paulatinamente ele esteve a mostrar suas garras, como o fez severamente durante as décadas de 1970, a saber:

Primeiro oferece crédito para promover o desenvolvimento, depois cobra o juro, que deve ser pago com exportações. No caso brasileiro, o país, que teve no café seu principal produto de exportação, começava, do final da década de 60 em diante, a

assistir à ampliação da exportação de minérios, sobretudo de ferro e de manganês. Começavam a desenhar-se a lógica da dívida, ou seja, para abrir caminhos aos recursos minerais emprestam-se dólares no exterior e, para pagar o juro, exportam-se estes recursos minerais (Oliveira, 1991, p. 90).

Como esclarecido, a articulação regional se dá inicialmente pela entrada de capital industrial proveniente do Centro-Sul, e internacional pelos empréstimos realizados pelo Estado para promover infraestrutura sobre os territórios e para manter os subsídios concedidos na aquisição de terras, compra de maquinários e insumos agrícolas. Dentre as ações políticas traçadas em programas de âmbito nacional referente a expansão socioeconômica pós 1960 para o Centro-Oeste (IPEA, 2002), três em específico tiveram alcance expressivo no estado de Mato Grosso e na mesorregião estudada.

As quais elencamos: 1) crédito rural subsidiado que possibilitou não só a expansão das áreas já com estrutura produtiva, mas a intensificação da mecanização, mas o financiamento para aquisição de novas áreas e a comercialização dos produtos. 2) Programa de incentivo à pecuária que tinha como objetivo a melhoria e qualidade dos rebanhos junto a uma prática de tecnificação assegurando a produção intensiva por confinamentos. 3) política de preços únicos dos combustíveis para o território nacional reduzindo os preços dos transportes de carga e da mecanização rural.

Dois órgãos federais criados com a finalidade de garantir pesquisa e assistência técnica para o campo tiveram muita contribuição na expansão da fronteira agrícola, no avanço das técnicas de plantio e manejo da produção, e, portanto, na reorganização das atividades do/no campo. São eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); o primeiro responsável pelo controle e fiscalização das Terras, e pelos projetos de colonização ocorridos como plano de governos. Já o segundo, responsável por estudos para correção de solos do cerrado, pela prestação de serviços técnicos principalmente a grandes produtores agrários, e posteriormente, com a implantação de grãos geneticamente alterados (liberação da soja transgênica em 1998).

Exclusivo ao estado de Mato Grosso, o serviço de extensão rural constituiu-se oficialmente em 1964<sup>5</sup> contribuindo para a capacitação e desenvolvimento econômico de pequenos, médios e grandes produtores rurais, porém, foi extinta no ano de 1976, substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), empresa que esteve vinculada à secretaria de desenvolvimento rural do estado. Em 1992, a fusão entre Emater e a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMPA), criam a Empresa Mato-grossense de Pesquisa,

---

<sup>5</sup> Contexto histórico disponível em: <https://www.empaer.mt.gov.br/historia>

Assistência e Extensão Rural (EMPAER) a qual, a partir do ano 2011, passou a estar vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF).

A descrição temporal de composição das instituições prestadoras de serviços técnicos e assistência a produção das atividades econômicas rurais, possibilita maior compreensão de que as mudanças ocorridas no campo, em específico para o recorte de estudo abordado tiveram apoio do Estado em vários segmentos. Projetos de extensão rural eram elaborados no sentido de implantar modelos de estudo nas regiões do estado, e um fragmento extraído da revista *gazita*<sup>6</sup> (1978, s/p) revela esse fato;

Com o advento do incremento de formação de pastagem artificial em área de Cerrado, a EMATER-MT, instalou dois campos demonstrativos de pecuária de corte no município de Barra do Garças. Respectivamente localizados nas fazendas Santa Cruz da Serra (Vale do Sonho) e fazenda São Bento (Toriqueije), com o objetivo de propagar a tecnologia adequada e econômica para este tipo de exploração em área de Cerrado [...] ARROZ IRRIGADO-EMATER-MT- Tem um projeto numa área de 700 há na fazenda Florquilha no distrito de Cocalinho, município de Barra do Garças, que está sendo implantado com pleno sucesso (Varjão, 1978, s/p).

Como evidenciado, após o ciclo do garimpo, a pecuária extensiva para corte e leiteira, essa última em menor proporção, passam a dividir espaços não só com as pequenas produções de subsistência, o arroz de sequeiro torna-se um grande investimento na região (fazendo frente a expansão da fronteira agrícola), seguido pela produção de soja, milho, algodão e sorgo. Ocorreu rapidamente a inserção da suinicultura e de galináceos com significativa produção, e juntas, passaram a exigir especializações em prestações de serviços, conduzindo transformações não só no campo, mas na cidade.

O boom da produção de grãos e do algodão no estado de Mato Grosso a partir dos anos 1997 está diretamente relacionado a capacidade de maior acumulação de capital, estabelecida pela Lei Kandir, Lei complementar número 87, criada em 1996 pelo ministro do planejamento Antônio Kandir. Isentando do imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); produtos primários e industrializados semielaborados dentre outras transações que asseguraram a “instalação de empresas privadas nacionais e internacionais com cultivares próprias ou linhagens promissoras no Brasil” (FARIA, 2014, p. 401).

No caso específico de Mato Grosso e da mesorregião de estudo, a agropecuária foi a atividade predominante nos programas de “desenvolvimento”. Trata-se de um conjunto de ações construído numa linha histórica de acontecimentos que asseguraram: a industrialização,

---

<sup>6</sup> *Gazita Magazine* foi o primeiro veículo de comunicação impresso de todo Vale do Araguaia, produzido pela gráfica de propriedade do ex. prefeito Valdon Varjão. A coletânea de revistas compõe o acervo pessoal da ex. deputada estadual, professora e psicóloga Malba Tânia Varjão.

o processo de urbanização e a modernização do campo; garantindo assim, circulação, consumo e novas projeções de fortalecimento do sistema econômico de domínio capitalista.

### **A reorganização das atividades produtivas agrárias**

Este processo social, político e econômico no território apresenta ritmo mais expressivo a partir da década de 1950 para o Centro-Oeste, para a atual porção territorial do estado de Mato Grosso na década de 1970. Já a atual mesorregião nordeste do estado, inicia seu dinamismo mais precisamente com a divisão do estado em 1977, a partir desse fato histórico, e das políticas territoriais vistas na seção anterior, uma nova composição social e de modos de produção rural e urbana são realizadas.

Isto ocorre devido a dois fatores: “novas possibilidades de fluidez somada a intensificação capitalista da produção” (Elias, 2006, p.28) seja em qualquer setor da produção econômica inserida no processo de globalização. Essa forma capitalista de produzir condiciona conforme a referida autora reestruturação produtiva, alterando substancialmente os espaços do campo e da cidade, graças as inovações técnico-científica-informacional (Santos, 2006), as novas formas de consumo e sua intensificação promovida por uma ideologia da necessidade.

De acordo com Oliveira (1991) houve uma geopolítica muito bem traçada pelos governos militares, ao utilizarem terras na Amazônia legal, qual todo o estado de Mato Grosso faz parte, para o acesso de empresas estrangeiras (norte-americanas), no conjunto das políticas “contrarreforma agrária”. Essas empresas beneficiaram-se das condições postas para desenvolveram atividades mineradoras, e produção agropecuária em fazendas cujo, sua extensão, eram tão grandes, que parte dessas terras encontravam-se em situação de ociosidade, ou seja, sem produção, e, portanto, sem função social alguma; eram, na verdade, reserva de capital.

Referente a construção dessa dinâmica econômica e a situação que lhe é desencadeada o estudo sobre caracterização da região Centro-Oeste realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), diz que a segunda metade da década de 1950 apresenta componentes impulsionadores como: “a construção de Brasília e a abertura de rodovias ligando a nova capital à região Sudeste, atingindo áreas remotas da própria região, e, depois, com o processo de expansão da fronteira agrícola do país” (IPEA, 2001, p. 89). A abertura das novas rodovias conectando aos modais já existentes também são considerados nesse plano de integração nacional, ou melhor, da economia de um país que necessitava fortalecer e assegurar sua produção industrial.



O atual patamar que se encontra a configuração e o uso do território nesta porção do espaço mato-grossense atribui-se as implantações técnicas, e a melhoria da circulação que permite não só explorar um recurso, mas, “deslocá-lo para sua utilização econômica” (Arroyo, 2015, p. 40). A autora, apoiada na concepção de Santos (2002), nos mostra evidências quanto ao processo de organização do espaço da mesorregião nordeste ao associar as intensidades de redes técnicas e circulação aos graus de produtividade espacial. Uma vez que:

A produtividade espacial revela a existência de uma hierarquia de lugares, que se cria e recria em função de um movimento que é nacional e mundial. Haverá lugares que ofereçam as empresas uma produtividade maior ou menor em função de suas virtualidades, provenham de intervenções técnicas ou políticas. (Arroyo, 2015, p. 42).

Entendendo que o espaço urbano se adapta para servir ao agronegócio, há também um (re)arranjo do comércio, dos equipamentos urbanos, do uso do solo, dos serviços, e, portanto, das funções urbanas dessas cidades de regiões com predomínio econômico do agronegócio. Contudo, os sistemas técnicos assim como os de engenharia de circulação e comunicação não se fazem presente de forma homogênea nem no espaço, nem para os grupos de pessoas na sua condição de classe.

Nessas condições “algumas áreas são mais intensamente beneficiadas pelos sistemas técnicos e normativos inerente à agricultura científica e ao agronegócio” (Elias, 2006, p.29). Esse fato, cria conseqüentemente uma configuração de hierarquia quanto aos níveis de centralidade de sub-redes urbanas, que em área de expansão recente da agropecuária globalizada não apresentam uma consolidação. Importante também destacar que as transformações no campo e na cidade se fazem de forma diferente, adquirindo particularidades inerentes a forma seletiva (Elias, 2006) pela qual o setor da agropecuária atua, garantindo especialização de determinadas áreas e culturas em detrimento de outras.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os sistemas de engenharia de circulação são forças motrizes no reordenamento das atividades econômica e, portanto, na produção. Porém, conforme exposto pelo (IPEA, 2002, p. 169) “investimentos em infraestrutura de transportes podem potencializar as oportunidades de investimentos produtivos, aumentando a produção in loco, mas não necessariamente representam garantia de materialização espacial de renda”.

Por meio da representação cartográfica (mapa 2) podemos identificar que 23 (vinte e três) municípios e reciprocamente suas sedes de cidades surgem como centros urbanos após a década de 1970 na mesorregião nordeste do estado de Mato Grosso. Faz se relevante destacar



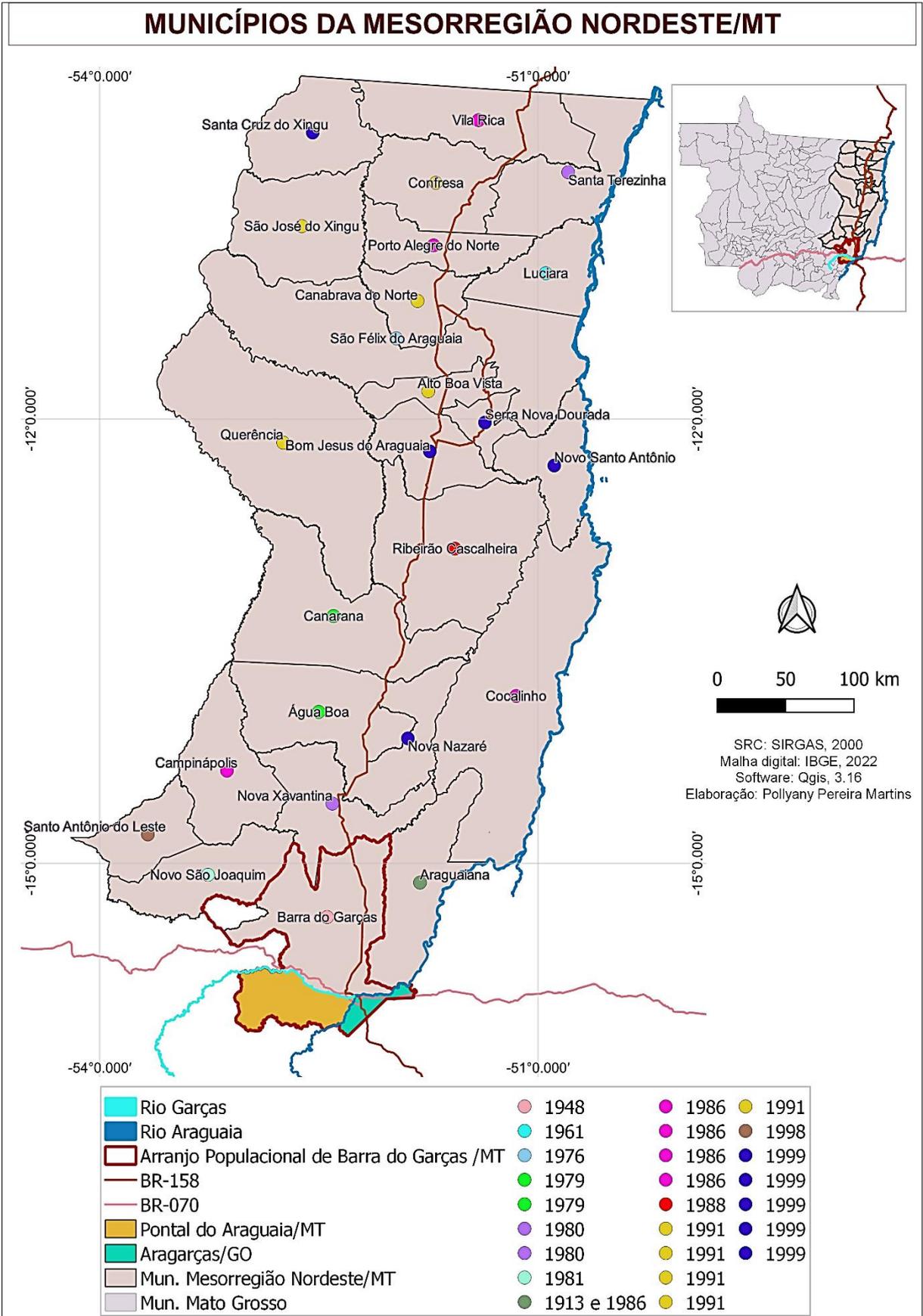
que apesar do quantitativo de municípios, essa porção territorial ainda apresenta o menor quantitativo populacional quando comparada as demais mesorregiões da unidade federativa.

O quadro da produtividade econômica desses municípios estão associados a seus períodos de surgimento que muito estiveram ligados a expansão e melhoria das redes técnicas no caso da rodovia federal BR-158 seguida pelas redes de energia, comunicação e também das rodovias estaduais que fazem as conexões internas entre os municípios para a circulação no eixo principal BR-158. Dalosto et al (2019), trouxe estudo específico sobre a importância da BR 158 e seus desfechos nos projetos agropecuários e planejamentos geoeconômicos para a região. Indicando que essa rede técnica juntamente com a de telecomunicação enfatizaram e criaram dinamismos para a formação e organização da rede urbana na mesorregião nordeste mato-grossense.

Evidenciamos que a reorganização da produção agrícola regional ocorre com maior ênfase nos municípios mais velhos, uma vez que os mais novos surgem devido ao potencial produtivo das *commodities* de grãos (soja) e carne (bovina) dentro do processo de territorialização do capital no campo e da projeção do poder desses espaços nas sedes administrativas, ou seja, nas cidades desses municípios (Tabela 1).

A cidade de Barra do Garças como pode ser visto, foi a primeira cidade após encampação de Araguaiana que se tornou distrito, e teve nova emancipação política no ano de 1986. Desse modo, até o ano de 1980 as cidades: Barra do Garças, Luciara, São Félix do Araguaia, Água Boa, Canarana, Nova Xavantina e Santa Terezinha mantinham-se na hierarquia da rede urbana na condição de centros locais subordinados a Cuiabá e na influência regional de Goiânia. Atualmente Água Boa compõe nível hierárquico de centro sub-regional B, como centro imediato subordinando as cidades: Canarana (1979), Nova Xavantina (1980), Ribeirão Cascalheira e Querência (1991), bem como mantém articulações regionais com as cidades: Belo Horizonte e São Paulo em maior hierarquia fora da unidade federativa (Regic, 2018). Do mesmo modo as cidades de Confresa e Vila Rica, juntas compõe hierarquia de centros sub-regional B.

**Mapa 2.** Municípios da mesorregião nordeste/MT e períodos de emancipação político-administrativo



Fonte: IBGE, 2022

Elaboração: Auto



**Tabela 1- Produção agropecuária e quantitativo de propriedade**

2017										
Municípios	pecuária					agricultura			Nº prop.	Área total
	bovino	galináceo	leite	ovos	suíno	milho	soja	Arroz		
Barra do Garças	360.017	47.000	2.846,000 (L)	106.000 (dz)	4.743	760 (t)	107.490(t)	60 (t)	823	601.340ha
Aragarças-GO	23.420	13.000	1.191,000	40.000	864	x	-	x	261	44.851
Pontal do Araguaia	127.653	11.000	1.490,000	78.000	1.992	x	x	-	391	214.528
Água Boa	297.349	62.000	4.256,000	505.000	7.256	183.271	489.823	3.394	1.009	676.628
Araguaiana	228.955	13.000	631.000	29.000	955	94	9.120	-	251	414.394
Alto Boa vista	20.613	6.000	1.028,000	22.000	888	6.919	53.197	1.200	207	98.099
Bom Jesus do Araguaia	109.829	41.000	4.864,000	256.000	5.438	204.064	365.518	x	943	330.691
Campinápolis	209.104	25.000	12.396,000	226.000	3.604	34.530	68.134	762	831	290.040
Canarana	170.764	143.000	990.000	1.891,000	4.178	474.450	658.853	x	444	790.209
Canabrava do Norte	127.836	28.000	5.700,000	47.000	4.964	34.373	53.837	-	744	215.450
Cocalinho	454.709	23.000	1.007,000	113.000	3.556	2.735	14.514	x	505	1.401,251
Confresa	327.332	96.000	26.501,000	592.000	13.915	88.669	106.902	158	2.300	440.014
Luciara	30.589	9.000	77.000	71.000	1.351	x	x	-	218	154.860
Nova Nazaré	56746	10.000	1.205.000	15.000	1.528	4.621	41.479	648	275	132.065
Nova Xavantina	273.149	60.000	11.786,000	95.000	8.770	82.222	118.062	-	1.362	417.852
Novo São Joaquim	212.016	30.000	9.980,000	216.000	3.973	303.050	277.620	-	823	389.466
Novo Santo Antônio	32.877	7.000	181.000	25.000	1.147	5	x	-	229	140.272
Querência	89.024	33.000	1.576,000	512.000	4.300	1.058,733	1.266,233	1.154	678	834.190
Ribeirão Cascalheira	277.711	37.000	4.196,000	135.000	5.879	52.625	209.857	1.087	861	767.409
São José do Xingu	269.925	17.000	3.001,000	99.000	2.726	278.488	229.543	-	342	612.152
Santa Cruz do Xingu	118.416	12.000	821.000	169.000	1.091	42.368	62.731	988	262	336.436
Santa Terezinha	184.098	30.000	6.654,000	100.000	3.416	43.145	73.530	2.549	818	356.744
Santo Antônio do Leste	46.588	5.000	349.000	43.000	944	375.923	331.627	1.446	121	269.173
São Félix do Araguaia	266.015	36.000	2.608,000	102.000	4.773	376.877	702.589	879	1.070	1.015,648
Serra Nova Dourada	57.325	13.000	1.156,000	66.000	1.431	16.462	17.744	x	462	92.924
Vila Rica	514.631	70.000	14.049,000	289.000	10.402	117.955	104.741	32	1.514	699.719

Fonte: IBGE, 2017, 2022

Organização: Autora

Também identificamos que nos municípios que compõem o arranjo populacional de Barra do Garças, no período do censo agropecuário do IBGE, ano de 2017, a variável agricultura só teve registro de produção para os cultivos: milho, soja e arroz (escolhidos por serem base da economia da mesorregião) para o município de Barra do Garças. O cultivo de

arroz, como pode ser observado, não dispõe de registro em 12 (doze) dos atuais territórios municipais da mesorregião, o que evidencia que o arroz, principalmente de sequeiro, cultivo que foi frente de abertura da fronteira agrícola, está sendo substituído pela soja, seguido pelo milho. Outra variável da reestruturação produtiva, é a inserção de granjas nos espaços de produção bovina ou de agricultura, a produção de galináceos e ovos apresenta relevante quantitativo que indiretamente reflete na procura por serviços e estabelecimentos comerciais nos centros urbanos da região.

Fato importante a ser ressaltado é referente a principal economia dos municípios classificados como centros de influência imediata e intermediário da mesorregião nordeste. Conforme demonstrando na tabela, a criação de gado de corte é muito expressiva, se consideramos o quantitativo em toneladas de soja colhida para os mesmos municípios. A produção do gado intensivo é reforçada com os confinamentos dos frigoríficos JBS instalado nos municípios de Confresa e Barra do Garças. Dos vinte e cinco municípios o que apresenta maior produção de soja em tonelada é o município de Querência que teve o maior aumento populacional ao compararmos o censo de 2010 para o resultado do censo de 2022 conforme (tabela 2).

**Tabela 2.** Comparativo populacional dos municípios

Municípios	População 2010			População total 2022	PIB 2020	IDHM 2010
	Urbana	Rural	total			
Barra do Garças	50.947	5.613	56.590	69.210	37.450,90	0,748
Pontal do Araguaia	4.452	943	5.395	6.932	13.794,66	0,734
Aragarças-GO	17.617	688	18.305	18.309	12.568,04	0,732
Água Boa	16.759	4.097	20.856	29.210	56.766,67	0,734
Araguaiana	2.189	1.008	3.197	3.795	30.194,41	0,687
Alto Boa vista	3.178	2.069	5.247	5.639	25.569,37	0,651
Bom Jesus do Araguaia	2.648	2.666	5.314	7.280	82.265,83	0,661
Campinápolis	4.820	9.485	14.305	15.345	21.938,45	0,538
Canarana	14.805	3.949	18.754	25.843	83.080,36	0,693
Canabrava do Norte	2.691	2.095	4.786	4.485	36.272,28	0,667
Cocalinho	3.647	1.843	5.490	6.220	37.924,02	0,660
Confresa	14.229	10.895	25.124	35.075	35.177,01	0,668
Luciara	2.029	195	2.224	2.509	16.938,95	0,676
Nova Nazaré	1.119	1.910	3.029	4.200	25.601,52	0,595
Nova Xavantina	15.746	3.897	19.649	24.345	42.239,09	0,704
Novo São Joaquim	3.717	2.325	6.042	6.919	118.329,95	0,649
Novo Santo Antônio	1.346	659	2.005	2.015	18.123,74	0,653
Querência	5.972	7.061	13.033	26.769	155.873,63	0,692
Ribeirão Cascalheira	5.565	3.516	9.081	9.896	47.171,23	0,670
São José do Xingu	3.783	1.457	5.240	5.965	103.985,03	0,657
Santa Cruz do Xingu	1.251	649	1.900	2.661	63.003,49	0,684



Santa Terezinha	2.974	4.423	7.397	7.596	23.107,64	0,609
Santo Antônio do Leste	2.119	1.635	3.754	4.099	130.294,04	0,655
São Félix do Araguaia	6.178	4.447	10.625	13.612	100.626,93	0,668
Serra Nova Dourada	813	552	1.365	1.800	32.890,82	0,664
Vila Rica	13.962	7.420	21.382	19.888	25.053,49	0,668

**Fonte:** IBGE, cidades **Organização:** Autor

Compreende-se que a formação da rede de cidades da mesorregião nordeste de Mato Grosso e as mudanças de (re)estruturação ocorridas, deve-se as transformações em sua base produtiva. A região tinha uma economia predominante de pecuária extensiva e plantio de arroz, alterando o sistema produtivo especificamente a partir do final da década de 1970 com grande impulso a partir da década de 1990, atendendo a uma lógica capitalista e as tendências da modernização da agricultura e pecuária especializada; passando a atender as demandas do mercado externo para commodities de grãos e carne bovina.

A pequena produção de subsistência, as reservas naturais e territórios indígenas tiveram impactos socioambientais com a ocupação socioeconômica e espacialização da infraestrutura dada pelo uso de novas áreas. Assim, o território reordena-se, à medida que os incentivos a migração eram postos pelo Estado a grupos empresariais do setor do agronegócio, e a particulares. Nesse processo de beneficiamento estatal, porém, em condições adversas, uma frente de pessoas desfavorecidas migrou com o intuito de conseguir empregos; e uma minoria enquanto mão-de-obra especializada. Nisso, foram constituindo-se pequenos aglomerados que deram origem aos atuais centros urbanos com suas especificidades morfológicas intraurbana.

Em um sentido econômico CLAVAL (1979), concebe que as cidades nós de rede urbana, desempenham o papel de centrais facilitadoras de comunicação e transportes. E acrescentamos ainda que, são pontos de escoamento do capital e da articulação entre o local e o global.

Sobretudo, pontua-se que, conforme dados extraídos dos estudos apresentados pela Região de Influência de Cidades (REGIC, 2018), referente a centralidade de serviços para o setor do agronegócio as sedes urbanas de maior oferta são: Água Boa e Querência para os quesitos: origem de assistência técnicas para a última, e origem de maquinários e implementos para ambas. Ficando origem dos insumos para produção, com centralidade exercida pela cidade de Barra do Garças.



Entretanto, as políticas traçadas pelos governos apresentavam, de forma ideológica, uma “solução” para a economia nacional e a “redução” das desigualdades regionais. Tais mudanças e reorganização das atividades produtivas também tinham como sustentáculo a desconcentração geral das agroindústrias ao mesmo tempo, em que se modernizava e expandia a agricultura.

Fato que ocorre “num inesperado desdobramento em que a indústria acaba se aproximando da terra e se encontrando com a agricultura no miolo do espaço nacional” (MOREIRA, 2015, p. 125). Com a nova projeção das atividades econômicas do setor secundário, a agroindústria concentra-se em algumas áreas específica do Centro-Oeste, impulsionada por uma disputa de espaços para a produção de grãos, cana-de-açúcar, aves, bovinos. Uma realidade, que no contexto hegemônico de produção ainda não apresenta importância para a mesorregião de estudo, com exceção dos frigoríficos de bovinos (tabela 3).

**Tabela 3.** Número de estabelecimentos agroindustriais na mesorregião nordeste/MT

Município	Grande	Média	Pequena	Micro	Total
Barra do Garças	2	1	1	18	22
Pontal do Araguaia	-	-	-	4	4
Aragarças-GO	-	-	1	12	13
Água Boa	1	-	1	16	18
Querência	-	-	2	14	16
Nova Xavantina	1	-	3	10	14
Confresa	1	-	2	9	12
Vila Rica	-	-	2	8	10
Bom Jesus do Araguaia	-	-	-	3	3
Ribeirão Cascalheira	-	-	-	3	3
Novo São Joaquim	-	-	-	2	2
Cocalinho	-	-	-	1	1
São Félix do Araguaia	-	-	-	1	1
Unidades regional					119

Fonte: Sistema Fiemt, 2023<sup>7</sup>

Dentre as atividades categorizadas conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), frigoríficos de abate de bovinos, fabricação com predomínio de madeira, laticínios, matadouros, fabricação de artefatos e calçados em couro, fabricação de farinha de mandioca, torrefação e moagem de café; são os instalados nos municípios com classificação de porte grande, médio e pequeno. Estas aparecem como atividades da agroindústria sistematizado pela federação das indústrias do estado de Mato Grosso (FIEMT, 2023). Como pode ser visto,

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria>



O porte microempresa apresenta o maior número de estabelecimentos definidos como agroindústrias no âmbito do CNAE.

Os resultados ajudam a demonstrar que apesar da região dispor de uma dinâmica significativa para a produção da agropecuária, as agroindústrias, principalmente de médio e grande porte (que representam produção e especialização integrada a economia internacional), ainda apresentam número bem restrito na mesorregião, não existindo portanto, complexos agroindustriais como na porção centro-norte do estado, com os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Primavera do leste, Tangará da Serra, Alta floresta, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da rede de cidades da mesorregião nordeste mato-grossense tem nos possibilitado refletir e apresentar análises referente as características de formação e consequentes mudanças regionais atribuídas ao uso e apropriação do território. As quais ocorrem de forma impulsionada pelo Estado e incorporadas por empresas que difundem suas produções e modos de assegurar uma expansão capitalista.

Dessa maneira, compreende-se que a composição da rede urbana mato-grossense responde ao modelo da divisão territorial do trabalho já firmado por Corrêa em seus estudos decorrentes ao final da década de 1980. O que ocorre é uma condição de organização da estrutura dos objetos e tipos de atividades produtivas de modo que, as funções e os processos rurais-urbanos se realizem, construindo conteúdos socioespaciais que estão políticos e economicamente desiguais em âmbitos regionais. Tanto pelas diferenças quanto aos níveis de tecnificação e especializações dessas atividades produtivas, estejam elas, no campo ou na cidade.

A reorganização da produção e a expansão dessas atividades econômicas criam outras dinâmicas espaciais como a migração, fenômeno recorrente e constante em regiões onde as atividades econômicas dispõem de características da contratação periódica e necessidade de serviços especializados, como as requeridas pela agricultura de mercado global. Condição que tem proporcionado o processo de urbanização tanto dos centros de maior dinamismo, como de alguns menores na mesorregião.

Os incentivos e investimentos criados numa política de governo federal, como aparato do Estado, foi condição essencial para as mudanças no sistema produtivo regional. Os quais também estiveram apoiados pelo governo estadual e locais, estabelecendo o que entendemos



como uma geopolítica de ordenamento dos usos dos territórios em prol de uma reprodução do sistema capitalista.

Para isso, cidades são utilizadas como pontos nodais da concentração e centralização do capital. Ponto de onde emergem os fluxos de pessoas, mercadorias, comunicação e de capitais financeiros, e, ao mesmo tempo, são pontos nodais pelos quais as conexões são reforçadas, seja em processos de heterarquia (Castelan, 2020) ou hierárquicos do sistema de redes urbana.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento Governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense**, contextos, propósitos e contradições. Editora: UFGD; Dourados, 2014.

ARROYO, Mônica. Redes e circulação no uso e controle do território. *In: ARROYO, Mônica; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Território e Circulação: A dinâmica contraditória da globalização.*

COSTA, Wanderley Messias; THÉRY, Hervé. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: Da Geografia Militar a um Pensamento Estratégico Nacional. *In: Revista Tamoios*, ano 12, nº 2; São Gonçalo, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/26780>, acesso em: 04/05/2021.

CASTELAN, Marcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescares e cidades médias**. Tese de doutorado, 227p. Presidente Prudente, agosto 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/105058>, acesso em: 12/10/2020.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1979.

DALOSTO, João Augusto Dunk. Ocupação e Infraestrutura de Transporte: O desenvolvimento da Mesorregião Nordeste de Mato Grosso, Brasil *In: Anais XVIII ENANPUR*, ISSN: 1984-8781, Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>, acesso em 05/08/2022.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Banco do nordeste do Brasil; Fortaleza, 2006.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso. *In: O olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste*. BNDES, 2014. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/7521>, acesso em 19/09/2022.

HIGA, Tereza Cristina Souza. A integração de Mato Grosso na economia nacional. *In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. Geografia de Mato Grosso: Território e Ambiente*. Editora: entrelinhas, Cuiabá, 2005.



IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades.**

2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>

\_\_\_\_\_, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** 202. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-garcas/pesquisa/24/76693.7>

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste. Brasília, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3103/1/Livro.pdf>. Acesso em: 18/05/2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana.** Brasília, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/pdf>. Acesso em: 10/06/2023.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil:** Constituição e problemas de relação. 1ª ed. 1ª reimpressão. Editora: Contexto, São Paulo, 2015.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação: a inserção de Mato Grosso na economia global. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. **Geografia de Mato Grosso:** Território e Ambiente. Editora: entrelinhas, Cuiabá, 2005.

NETO, Mário Diniz de Araújo; Cristina Maria Costa Leite. **Desenvolvimento socioeconômico no contexto da região Centro-Oeste** In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza. Geografia de Mato Grosso: Território e Ambiente. Editora: entrelinhas, Cuiabá, 2005.

PORTUGAL, Rodrigo; SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil.** IPEA, Brasília, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle>, acesso em: 15/09/2022.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar:** Políticas Públicas e Amazônia. 2ª edição, Editora Papirus, Campinas/SP, 1991.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. Editora: da Universidade de São Paulo; São Paulo, 2006.

VARJÃO, Valdon, **Revista Gazita Magazine.** (coletânea impressa de acervo pessoal), Gráfica de propriedade do autor, Barra do Garças-MT, 1978-1979.

FIEMT. **Agroindústrias em números.** Disponível em: <https://www.fiemt.ind.br/para-industria/observatorio-da-industria>. Acesso em: 25/07/2023.